

Administração pública

STF libera concurso em cidades e Estados em recuperação fiscal

Luís Martins
De Brasília

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou Estados e municípios em recuperação fiscal a realizarem concursos públicos para preencher cargos vagos e a excluir do teto de gastos investimentos executados com recursos de fundos públicos especiais. A decisão foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

A liminar suspende trechos da lei que proibiam a adoção dessas medidas pelos entes federativos que aderirem ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATE) e ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF). A norma foi sancionada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro. Atualmente, apenas o governo estadual do Rio de Janeiro está sujeito às regras.

Na decisão, Barroso afirma que vetar a reposição de cargos públicos vagos “gera risco à continuidade dos serviços públicos estaduais e municipais” fundamentais à sociedade. Segundo o relator, a proibição afronta a autonomia dos Estados e municípios e fere o princípio constitucional da proporcionalidade.

“Restaria muito pouco da autonomia de Estados, do Distrito Federal e de municípios se não pudessem sequer admitir pessoal para manter seus quadros estáveis quando aderissem ao Regime de Recuperação Fiscal”, assinalou. Ele explicou que a de-

cisão não permite a criação de novos cargos públicos, mas, sim, a nomeação de novos servidores para cargos vazios.

Em relação aos fundos especiais, o ministro disse que submetê-los ao teto “parece produzir um contrassenso”, pois não atinge o objetivo de contribuir ou de fomentar o equilíbrio fiscal. “Recursos públicos com destinação específica, que poderiam ser empregados na melhoria de serviços públicos essenciais à população, ficarão paralisados.”

Barroso citou como exemplo o Tribunal de Justiça do Rio, cujo fundo especial arca com todos os gastos correntes do órgão e possui “vultosos recursos” para investimento na melhoria do Poder Judiciário. “Essa realidade se repete em outros fundos da mesma natureza, espalhados pelos três entes da federação”.

A ação foi ajuizada em julho pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). As entidades questionaram diversos dispositivos da lei, mas apenas esses dois foram derrubados pelo relator. A liminar será levada a referendo do plenário virtual entre 10 e 17 de dezembro.

A norma sancionada neste ano alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, e a lei que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal, de 2017. O novo texto prevê as contrapartidas para que Estados e municípios possam aderir ao regime, com o objetivo de acertar suas dívidas com a União.



Barroso: responsabilidade fiscal é um dos pilares da democracia brasileira

Ao manter válida a maior parte da lei, Barroso destacou que “a responsabilidade fiscal é um dos pilares da democracia brasileira e essencial ao desenvolvimento sustentável” do país. “O descontrole fiscal a que chegamos sempre traz recessão, desemprego, inflação, desinvestimento e juros altos. Os mais penalizados, por óbvio, são os mais pobres.”

Apesar de celebrarem o fato de a lei ter sido mantida quase na sua integralidade pelo ministro relator, especialistas em gestão de contas públicas demonstraram preocupação com os efeitos práticos da liminar.

Para o economista Leonardo Ribeiro, analista do Senado Federal, a decisão pode vir a comprometer a consistência do regime fiscal, apoiado no teto de gastos.

“Precisamos superar esse aspecto da nossa arquitetura fiscal: intervenção excessiva do Poder Judiciário na gestão fiscal.”

A avaliação da pesquisadora Juliana Damasceno, associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), vai na mesma linha. Segundo a economista sênior da Tendências Consultoria, o ideal seria que o plenário do STF, ao julgar a liminar, estabeleça uma espécie de meio-termo.

“O cumprimento da decisão precisa ser feito de uma forma fiscalmente responsável. Por exemplo, condicionando a realização de concursos públicos apenas para cargos cuja reposição seja justificadamente necessária para a continuidade da prestação de serviços essenciais”, diz.

Tesouro tem superávit de R\$ 28 bi em outubro

Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro
De Brasília

Ajudado pela arrecadação forte, pela queda nos gastos com a covid-19 e pela contenção das demais despesas, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) encerrou outubro com um saldo positivo de R\$ 28,2 bilhões, bem acima dos R\$ 10,1 bilhões esperados pelo mercado conforme a pesquisa Prisma Fiscal. No ano, o saldo está negativo em R\$ 53,4 bilhões, ante déficit de R\$ 680,9 bilhões visto em igual período de 2020.

Ao divulgar o resultado, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que o governo trabalha fortemente pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. Além de gerar uma folga para fortalecer o Auxílio Brasil, dá margem de manobra para o governo agir se houver piora no cenário, disse, ao responder um questionamento sobre a nova variante da covid, a ômicron. O secretário avaliou que é cedo para saber qual o impacto de um eventual recrudescimento da pandemia. Afirmou também que não há “plano B” para o Auxílio Brasil.

No mês, o Tesouro registrou superávit de R\$ 44,2 bilhões, enquanto a Previdência fechou com um saldo negativo de R\$ 116,1 bilhões. O Banco Central registrou resultado positivo de R\$ 108 milhões.

Não fossem os gastos com a pandemia, o superávit do governo central teria atingido os R\$ 82,2 bilhões no ano, disse Valle. A exclusão desse grupo de despesas evidencia também que os gastos obrigatórios estão estabilizados, acrescentou. Os pagamentos de despesas com a covid somaram R\$ 113,1 bilhões até

outubro. A previsão para o ano é de R\$ 138,2 bilhões.

No mês passado, as receitas líquidas avançaram 5,9%, em termos reais, sobre outubro de 2020. O avanço de R\$ 12,4 bilhões nas receitas não administradas e de R\$ 8 bilhões nas receitas administradas compensou o recuo de R\$ 7,6 bilhões visto nas receitas previdenciárias.

Essa queda é explicada pelo fato de, em outubro de 2020, terem sido recolhidas contribuições previdenciárias referentes a dois meses, por causa de parcelas diferidas no início do ano. Considerando o período de janeiro a outubro, porém, as receitas previdenciárias mostram crescimento de R\$ 27,7 bilhões sobre 2020.

Já as despesas do mês de outubro ficaram 15,4% menores que no mesmo mês de 2020, principalmente pela queda nos gastos com o combate à pandemia. A queda foi de R\$ 23,3 bilhões, dos quais R\$ 22,8 bilhões são explicados pela redução de créditos extraordinários, relacionados com a covid. Além disso, houve redução de R\$ 4 bilhões em apoio financeiro a Estados e municípios. Por outro lado, o secretário destacou o aumento de R\$ 6,8 bilhões em gastos com subsídios, subvenções e Proagro.

De janeiro a outubro, o resultado do Tesouro, isoladamente, está superavitário em R\$ 188,4 bilhões, contra déficit de R\$ 428 bilhões em igual período de 2020. A Previdência acumula déficit de R\$ 241,4 bilhões, contra um rombo de R\$ 252,4 bilhões no ano passado, uma queda real de 11,4%.

O governo projeta que, ao final do ano, a receita líquida terá avançado 16%, ao passo que as despesas ficarão 24% menores do que em 2020. O resultado será alcançado mesmo com um avanço de 7% nas despesas discricionárias.

Orgão vê dívida em 2030 em ritmo similar ao pré-pandemia

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta
De Brasília

A melhora nas perspectivas para o Produto Interno Bruto (PIB) e para o resultado fiscal coloca as projeções para a dívida bruta em uma trajetória próxima à que se esperava antes da pandemia, disse ontem o Tesouro Nacional. A secretaria divulgou novas projeções para o endividamento e a expectativa é que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) termine 2021 em 80,6% do PIB, caindo para 76,6% do PIB em 2030.

Pouco antes da pandemia, o governo esperava que a dívida atingisse 78,2% neste ano. Já em outubro do ano passado, quando os cenários já refletiam os efeitos da covid-19, a projeção para 2021, no cenário-base, era de 96,7% do PIB.

Em 2020, o indicador ficou em

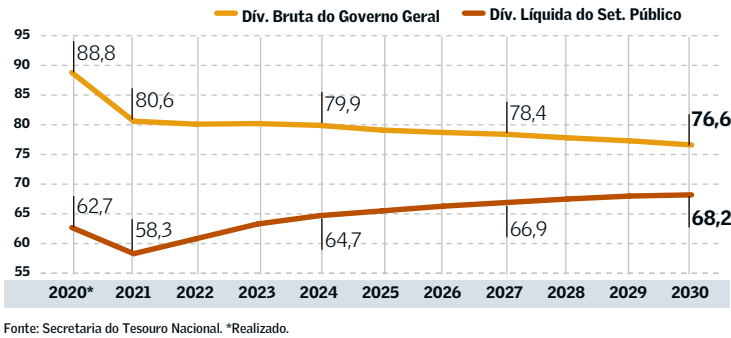
88,8% do PIB e, em 2019, antes da pandemia, em 74,3%. Assim, mesmo com a melhora de cenário, a dívida deverá seguir acima do observado antes da crise até pelo menos 2030.

“A DBGG deve fechar 2021 com uma queda superior a oito pontos percentuais do PIB em relação a 2020, o que mostra reversão importante do aumento registrado no ano anterior em decorrência da queda de arrecadação e das medidas fiscais de enfrentamento à pandemia”, diz o Tesouro.

Para a secretaria, os números mostram que, apesar da abertura de espaço fiscal promovida pela proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, ainda em discussão no Congresso, o endividamento bruto deve entrar em trajetória de redução gradual na próxima década.

Melhor, mas ainda alta

Projeções para a dívida pública (cenário base) - em % do PIB



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. *Realizado.

Isso é explicado pelo crescimento do PIB nominal e pelos superávits primários esperados a partir de 2024, acrescenta. Apesar das melhoras nas projeções, o coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz

Fernando Alves, pontuou que o nível de endividamento do país ainda é alto se comparado ao de outros emergentes e é preciso manter a diligência no campo fiscal.

O cenário apresentado pelo governo é mais otimista que o de par-

te dos economistas. A Instituição Fiscal Independente (IFI), por exemplo, espera atualmente que a dívida bruta termine o ano em 83,3% e suba para 86,1% em 2024. O diretor-executivo da instituição, Felipe Salto, afirmou que a IFI está revisando os cenários, mas que a alta dos juros nominais e reais sugere que a dívida irá aumentar.

O Tesouro traz também projeções para a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). A expectativa é que fique em 58,3% do PIB neste ano, ante 62,7% em 2020, e siga em alta até 2030, quando deverá atingir 68,2%. A avaliação é de que o indicador seguirá pressionado pelo diferencial entre a taxa de juros e a taxa de crescimento do PIB.

No cenário-base do Tesouro, o resultado primário médio esperado equivale a um superávit de 0,5% do PIB. O número é conside-

rado “compatível com uma trajetória decrescente para a DBGG, já que o valor necessário para estabilização desse indicador seria de 0,1% do PIB”. A redução da dívida para o patamar médio de países emergentes, de 64% do PIB, exigiria um superávit primário médio de 1,9% ao ano.

Já no caso da dívida líquida, seriam necessários primários médios de 1,6% e 3% do PIB para, respectivamente, estabilizar o indicador no nível de 2021 e levá-lo ao nível dos países de renda média, diz o governo.

O Tesouro destaca que a trajetória da dívida é sensível a alterações em variáveis como juros, PIB e resultado fiscal e que choques podem recolocar o indicador em trajetória ascendente. Assim, são apresentadas simulações resultantes de alterações nessas variáveis.

brf

BRF S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 01.838.723/0001-27 - NIRE 42.300.034.240 - CVM 1629-2
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 10 de novembro de 2021, às 10h00, por videoconferência.

2. Convocação e Presenças: Convocação devidamente realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da BRF S.A. ("Companhia"), com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, quais sejam, os Srs. Pedro Pullen Parente; Augusto Marques da Cruz Filho; Dan Ioschpe; Flávia Buarque de Almeida; José Luiz Osório de Almeida Filho; Luiz Fernando Furlan; Ivarandé Montiel da Silva; Roberto Rodrigues; Flávia Maria Bittencourt e Marcelo Perózzzi Bacci.

3. Comparação da Mesa: Presidente: Sr. Pedro Parente, Secretário: Sr. Carlos Eduardo de Castro Neves.

4. Ordem do Dia: (I) A análise e aprovação do 3º ITR/2021; (II) A alteração da Política de Gestão Tributária; (III) A aprovação da Política de Destinação de Resultados; e (IV) A aprovação da Política Financeira.

5. Deliberações: Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações: **5.1. Análise e aprovação do 3º ITR/2021:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições e, em conformidade com a recomendação do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e do Comitê de Riscos, aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, em conformidade com a recomendação favorável do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos, a alteração da Política de Gestão Tributária, nos termos da Nota Técnica nº 137/2021. **5.2. A aprovação da Política de Destinação de Resultados:** Os membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23 do Estatuto Social, aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, considerando a recomendação favorável do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos, a Política de Destinação de Resultados, nos termos da Nota Técnica nº 138/2021. **5.3. A aprovação da Política Financeira:** Os membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23 do Estatuto Social, aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, considerando a recomendação favorável do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos, a Política Financeira, nos termos da Nota Técnica nº 138/2021. **6. Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos membros do Conselho de Administração ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os Conselheiros presentes. *Certifico ser o texto acima extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Administração da Companhia.* São Paulo, 10 de novembro de 2021. *Carlos Eduardo de Castro Neves* - Secretário. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certificado o Registro 20217509436 em 26/11/2021. Protocolo 217509436 de 22/11/2021. Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício.

UNIOESTE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES
O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas Rafael Muniz de Oliveira, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende contratar a empresa Olympus do Brasil, para Conserto e manutenção de videogastrosκόpio patrimoniado sob o nº 01041769, com inclusão de total de peças e total de serviços. Valor máximo total: R\$ 18.483,48 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta e três reais com quarenta e oito centavos) Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da futura contratação, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 29 de novembro de 2021. Rafael Muniz de Oliveira – Ordenador de Despesas

Secretário da Receita é alvo de ‘moção de desconfiança’

Fabio Graner
De Brasília

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) apresentou uma “moção de desconfiança” contra o secretário da Receita, José Tostes. A decisão, aprovada em assembleia da categoria, afirma que o movimento ocorre por suposta omissão em temas relevantes para a categoria e o órgão e também aponta para a entrega de cargos em 15 de dezembro, como protesto.

“Dentre eles, a necessidade de urgente concurso público para repor minimamente as aposentadorias que comprometem a operacionalidade de todos os departamentos, em particular a fiscalização, a alfândega e as fronteiras”, diz o Sindifisco em nota.

“O último concurso foi em 2014. Outros órgãos como AGU, Ibama e CGU, além dos órgãos policiais, já tiveram concurso aprovado. Ainda, a não regulamentação do teletrabalho, com o retorno presencial precoce e mal planejado dos funcionários, inclusive de pessoas que fazem parte do grupo de risco”, completa o texto dos auditores.

Além da entrega de cargos, a

mobilização dos fiscais da Receita deve envolver outras medidas. Entre elas, está o não encerramento de ações de fiscalização já abertas por dois meses, bem como do cumprimento de metas.

O processo de ataques da categoria ao comando da Receita inclui ainda “não participação em treinamentos, cursos e reuniões com a administração, equipes de trabalho e externas, em todos os dias da semana”, além de “realização de dois dias semanais de protesto (Dias de Apagão)”.

“Serão ressalvadas das ações as cargas vivas, perecíveis, medicamentos e insumos hospitalares, conforme critério habitualmente aplicado. Os indicativos da mobilização foram aprovados por mais de 90% dos 1.200 filiados participantes”, diz a nota.

O movimento dos funcionários da Receita, que estão entre as categorias mais bem remuneradas do Executivo, ocorre em meio a um período de dois anos sem reajustes para os servidores federais, como forma de se buscar o equilíbrio fiscal. E também ocorre em meio a recortes de arrecadação federal, reflexo da inflação mais a alta e recuperação do crescimento.

IGP-M desacelera e fecha novembro com 0,02%

Marta Watanabe
De São Paulo

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) variou 0,02% em novembro, após alta de 0,64% no mês anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O indicador veio abaixo da taxa de alta de 0,38% apontada pela mediana das projeções coletadas pelo Valor Data junto a 22 consultorias e instituições financeiras, com intervalo entre alta de 0,15% e 1,4%. Agora o IGP-M acumula alta de 16,8% no ano e de 17,9% em 12 meses.

André Braz, coordenador dos índices de preços do Ibre, diz que o indicador mostra um deslocamento da pressão de preços, que agora começa a despontar mais fortemente em serviços e na inflação ao consumidor final, com pressão de câmbio menor. O IGP-M deve encerrar o ano cerca de seis pontos abaixo do indicador em 2020, diz ele, mas ainda assim elevado.

Os grandes destaques da apuração da inflação de novembro foram minério de ferro, soja e milho. O milho, que, recentemente, por causa da crise hídrica, teve quebra de safra, agora volta ao normal.

“Ao mesmo tempo, em novembro, captamos o impacto forte no reajuste de combustíveis, com gasolina e o diesel chamando muita atenção no mês. Então, hoje há uma queda de braço entre pressões para o alto e para baixo, o que fez o IGP-M ficar no equilíbrio”.

A tendência, diz Braz, é que o IGP-M recue mais para o fechamento do ano. Em dezembro, diz ele, não se espera nenhum efeito mais forte dos combustíveis que poderia acelerar o indicador. Assim, o indicador, que fechou 2020 em 23,14%, deve fechar este ano, diz o economista, entre 16% e 17%.

Ele espera que até o início do segundo trimestre de 2022 o IGP-M e o IPC [que mede a inflação ao consumidor] estejam com taxas em 12 meses mais próximas, como era antes da pandemia.

O minério de ferro, diz Braz, é um item de peso dentro da produção e ajudou a desacelerar o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa 60% do IGP-M. Apesar de uma variação próxima de zero em novembro para o IGP-M, diz Braz, é importante notar que agora a inflação surge com mais força no IPC, que reflete a inflação ao consumidor.